



TRABALHO INVISÍVEL À LUZ DAS TEORIAS NEOCLÁSSICA, MARXISTA E DA ECONOMIA FEMINISTA: TRÊS PARADIGMAS EM DISPUTA

Brena Paula Magno Fernandez¹

Resumo: Na sua obra *A Estrutura das revoluções científicas*, Thomas Kuhn sugeriu uma nova maneira de se entender o processo de crescimento do conhecimento científico. O centro de gravidade de sua proposta recai sobre a exposição dos conceitos de ciência normal e paradigma. Para além de uma problematização puramente filosófica, um paradigma é, antes, uma diretriz prática, que engloba posicionamentos acerca de questões tão fundamentais como: quais problemas são próprios desse campo de investigação?; quais tipos de respostas as pesquisas devem buscar?; quais tipos de métodos ou recursos de pesquisa são considerados legítimos?, por exemplo. Sendo assim, eles fornecem aos cientistas nele inseridos verdadeiras visões de mundo. No presente artigo, tendo como questão central o trabalho invisível exercido pelas mulheres no interior dos seus lares e partindo da perspectiva metodológica kuhniana, expomos e confrontamos três paradigmas que se propõem a esquadrihar este problema, nomeadamente: as teorias neoclássica (incluindo a teoria do capital humano), a marxista e a economia feminista. Valendo-nos do referencial kuhniano, propomo-nos a defender a tese de que, para o caso do trabalho invisível, é o paradigma da economia feminista aquele que consegue melhor explicar o fenômeno e, conseqüentemente, aquele que pode oferecer propostas mais adequadas para a sua resolução.

Palavras-chave: Economia Feminista; Paradigma; Thomas Kuhn; Trabalho Invisível.

Introdução²

Na sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, publicada originalmente em 1962 e reeditada em 1970, Thomas Kuhn sugeriu uma inovadora maneira de se entender o processo de formação e crescimento do conhecimento científico. A sua reivindicação principal era que a metodologia científica precisaria desenvolver explicações sobre o desenrolar da ciência mais coerentes com a situação da prática científica “real”, tal como ele historicamente a via.

¹Professora Associada II do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. É uma das coordenadoras do Núcleo de Estudos de Economia Feminista (NEEF – CNPq), no contexto do qual o Projeto de Pesquisa intitulado “A situação laboral da mulher no Brasil através das lentes da economia feminista: diagnósticos e saídas” assim como o presente artigo se inserem. A autora agradece a Amanda dos Passos Rafael pela preciosa colaboração a este trabalho, bem como os valiosos comentários das professoras Liana Bohn e Carmen Gelinski.

² Tanto a introdução quanto a seção “paradigmas como visões de mundo” basearam-se naquilo que anteriormente expus na seção 3.3, intitulada “Os paradigmas de Kuhn” em Fernandez; Bêrni: (2012).



Difícilmente se pode superestimar o impacto que a publicação desse pequeno livro causou na filosofia da ciência. A *Estrutura* foi realmente um divisor de águas na metodologia da ciência do século XX. Por meio do resgate de alguns dos mais marcantes episódios da história da ciência, Kuhn elaborou um esquema geral de evolução científica, supostamente aplicável a todos os ramos da investigação humana que almejassem o *status* de científico.

O centro de gravidade da sua proposta recai sobre a exposição dos conceitos de *paradigma* e *ciência normal*: a ciência normal é definida como o período no qual os cientistas compartilham um paradigma dominante, comprometendo-se com as mesmas regras e padrões ao exercerem sua prática científica. Já os chamados paradigmas são teorias que vieram a ser tornar dominantes numa determinada área do conhecimento.

Para além de uma problematização puramente filosófica, na visão de Kuhn, um paradigma é, antes, uma diretriz prática, que engloba posicionamentos acerca de questões tão fundamentais como: quais problemas são próprios desse campo de investigação?; que tipo de respostas as pesquisas devem buscar?; que tipo de métodos ou recursos de pesquisa são considerados legítimos?; quais valores cognitivos (simplicidade, coerência lógica, fertilidade...) a comunidade respeita e compartilha?, por exemplo. Uma vez que, nos períodos de ciência normal, a comunidade científica trabalha a partir de um paradigma estabelecido, uma das ideias centrais é que reina uma espécie de “acordo geral” com relação às questões apresentadas acima. Desse modo, a articulação do paradigma com a realidade propiciaria aos cientistas nele inseridos, sempre segundo Kuhn, os meios necessários para que, nesses períodos, se conseguisse um progresso do tipo cumulativo do conhecimento. Os cientistas continuariam investigando fenômenos ainda não explicados, com o objetivo de enquadrá-los na teoria dominante e resolver pequenas ambiguidades teóricas.

Assim, a ciência normal pode ser definida como um empreendimento altamente cumulativo e extremamente bem-sucedido, no tocante ao seu objetivo, que é a ampliação contínua do alcance e da precisão do conhecimento no arcabouço analítico do *paradigma*, i.e. da teoria dominante. A etapa da ciência normal se caracterizaria precisamente pelo fato de que, nela, os cientistas dedicam



muitíssimo tempo e esforço à tentativa de solucionar problemas que têm profundo sentido dentro do escopo do próprio paradigma (e não de outra proposta teórica qualquer).

No que segue, procuramos aprofundar a conceptualização dos paradigmas kuhnianos, a fim de confrontar três deles dentro da economia: os paradigmas neoclássico, marxista e da economia feminista. Nosso intuito é analisar a situação das mulheres relativamente ao trabalho invisível à luz destas três visões de mundo.

Paradigmas como visões de mundo

Uma das várias críticas que Kuhn recebeu após a publicação do livro dizia respeito à sua falta de precisão semântica com relação ao conceito de paradigma, tão central à sua proposta. Uma referência obrigatória nessa linha de críticas é o artigo de Masterman (1970), que identificou 21 sentidos diferentes³ para o termo, ao longo do livro.

De acordo com o aspecto filosófico/metafísico, os paradigmas fornecem aos cientistas neles inseridos verdadeiras *visões de mundo*, que são repassadas, posteriormente, para as gerações seguintes de pesquisadores. Nesse contexto doutrinário de estruturação de uma visão de mundo, destaca-se um elemento psicológico, ao qual Kuhn refere explicitamente já no Prefácio da primeira edição da *Estrutura* — a teoria da *Gestalt*.

No que toca o processo de escolha entre paradigmas concorrentes, por exemplo, para Kuhn, a substituição da antiga visão de mundo pela nova assume a

³ A autora conseguiu agrupar todos esses significados em três linhas gerais:

- a) o *aspecto filosófico* ou *metafísico*: fornece ao cientista uma imagem ou “visão de mundo”, *i. e.*, fornece um conjunto de crenças básicas acerca do que constitui o mundo. Isto pressupõe, naturalmente, uma ontologia de fundo. Por exemplo, no *atomismo* o aspecto metafísico é a concepção segundo a qual o mundo é formado por partículas básicas, indivisíveis. No *mecanicismo*, a ontologia é uma imagem de “mundo-máquina” composto por engrenagens causais previsíveis. Na *matematização*, a concepção de mundo fundamental é governada por regularidades subjacentes que se prestam à tradução matemática;
- b) o *aspecto sociológico*: é o conjunto de valores, crenças e compromissos compartilhados por uma comunidade científica, detentora de um mesmo paradigma. Por exemplo, a participação nas mesmas sociedades científicas, a participação nos mesmos congressos e a publicação de artigos em alguns periódicos especializados, comuns ao grupo; e
- c) o *aspecto propriamente científico*: são os instrumentos de análise e de aprendizado ligados aos problemas já resolvidos, ou seja, aos principais exemplos (“casos exemplares”) que são explicados graças à utilização do paradigma em vigência.



natureza de uma conversão quase religiosa, envolvendo uma mudança-*Gestalt*. A mudança no paradigma provoca um deslocamento semelhante ao que se observa no campo da percepção. De acordo com a psicologia da *Gestalt*, monta-se uma nova interpretação da mesma realidade, fazendo-a assumir uma nova aparência. Em outras palavras, os mesmos fatos são reconstruídos de outra forma, pois obedecem a uma perspectiva diversa. Mudanças de paradigmas são, portanto, verdadeiras mudanças de visão de mundo. Como todo paradigma representa um modo geral de interpretar o mundo e não um simples conjunto de soluções parciais ou regionais, uma mudança de paradigma corresponderia a uma revolução. Em outras palavras, o novo paradigma induz aqueles que o pretendem adotar a se submeter a uma espécie de conversão mental.

De fato, como os cientistas foram ensinados a ver o mundo de determinada forma, e não de outra, os integrantes de um paradigma, ao observarem os dados empíricos, simplesmente não conseguirão enxergar provas que corroborem o paradigma adversário, e vice-versa. Trata-se aqui da polêmica tese da *incomensurabilidade* entre teorias rivais. Nas passagens da *Estrutura* em que Kuhn define a *incomensurabilidade*, o enunciado é quase sempre o mesmo, asseverando que a disputa entre teorias rivais, nos momentos de crise, não pode ser decidida apenas por critérios lógico/empíricos (p. 110, 128, 188, 190). Como resultado da percepção diferente dos mesmos dados empíricos, a disputa por parte dos integrantes do paradigma até então dominante e o candidato a novo paradigma não poderia ser decidida por procedimentos estritamente racionais.

A aplicação das teses kuhnianas à ciência econômica se deparou com algumas dificuldades. Resumidamente, Katouzian (1982:130) enumera as seguintes:

- a) uma ciência normal madura exclui a existência de paradigmas competidores;
- b) uma revolução científica não é algo que possa ocorrer por indicação ou pela vontade de cientistas dissidentes;
- c) uma crise deve mostrar uma incompatibilidade persistente entre o paradigma dominante e o mundo da realidade empírica;
- d) para que se dê uma revolução, além da crise deve surgir um novo paradigma que seja aceitável pela comunidade científica como uma teoria superior; e



e) o paradigma vitorioso será incompatível com seu predecessor (tese da “incomensurabilidade”).

Para os nossos propósitos aqui, chamaremos atenção especial para a primeira delas, tendo em vista que, como é sabido, na economia coexistem diversas abordagens teóricas no tempo e no espaço, situação esta inimaginável para Kuhn quando da formulação da sua proposta original. Neste sentido mais “flexível” de paradigma – que apesar de oferecer ao cientista uma particular maneira de ver o mundo, também convive com outros paradigmas concorrentes – é que deve ser entendido o uso do termo ao longo do artigo, a começar pelo título.

Trabalho invisível

O chamado *trabalho invisível*, termo ao qual também fazemos alusão já no título do artigo, engloba tantos os afazeres domésticos quanto o chamado trabalho de cuidados. Começamos, pois, com algumas definições. Segundo IBGE (2020, p. 4), os chamados afazeres domésticos abrangem as seguintes atividades: “1. Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças; 2. Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; 3. Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; 4. Limpar ou arrumar o domicílio, garagem, quintal ou jardim; 5. Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados); 6. Cuidar dos animais domésticos.” Já o trabalho de cuidado (de pessoas) compreende: “1. Auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir); 2. Auxiliar em atividades educacionais; 3. Ler, jogar ou brincar; 4. Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; 5. Transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas” (IBGE, 2020, p. 13).

É bastante conhecido que tanto a situação laboral de homens e mulheres quanto à questão da divisão das atividades que englobam o trabalho invisível não são equânimes. As mulheres ganham menos que os homens no mercado formal de trabalho e trabalham mais em casa do que eles. As questões que nos interessam particularmente aqui são: como esses dois fenômenos estão correlacionados? E:



como as três teorias supramencionadas, entendidas como paradigmas kuhnianos, os enxergam?

Economia neoclássica / Teoria do capital humano

Basicamente, segundo a economia neoclássica, as mulheres resolveram especializar-se no trabalho doméstico não remunerado, tendo em vista que essa escola parte do pressuposto que os agentes econômicos (sejam homens, sejam mulheres) podem escolher livremente entre qual tipo de trabalho realizar. De acordo com o preceito do *homo oeconomicus*, ao buscar maximizar a sua utilidade, as mulheres – tal qual os homens – realizam um cálculo de custos x benefícios entre o rendimento do trabalho doméstico não pago e o rendimento do trabalho de mercado pago.

Já a teoria do capital humano (Schultz, 1961; Becker, 1965 e 1985) vai além e explica as diferenças salariais entre homens e mulheres que desempenham funções idênticas por meio da suposição de que haveria diferenças de produtividade associadas a um investimento em capital humano menor, ao longo da vida, e isso por decisão das próprias mulheres. Segundo essa concepção, a divisão do trabalho em casa determina que a mulher dedique mais tempo do que o homem para a família. Possuindo vantagens comparativas na esfera doméstica, e antevendo uma vida laboral mais curta, difícil e descontínua (em decorrência das gestações, dos anos de criação dos filhos pequenos e dos cuidados domésticos), as mulheres possuiriam menos incentivos para investir seja em educação formal, orientada para o mercado, seja em formação específica para seus postos de trabalho. Isso reduziria a sua possibilidade de ganhos em termos salariais comparativamente aos ganhos dos seus concorrentes do sexo masculino, pois os empresários prefeririam contratar os trabalhadores mais bem qualificados para cada função. No caso, os homens.



Economia marxista

Marx e Engels influenciaram feministas de esquerda a formular a teoria da opressão, que identifica a exploração da mulher no mercado trabalho e a sua posição e papel no lar (MORAES, 2000). Isto porque, segundo ambos os autores, o trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados, seria uma das pedra-de-toque do processo de acumulação capitalista. No entanto, para a teoria econômica marxista, esse tipo de trabalho seria negligenciado por ser criador de valores de uso e não de troca.

Apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, elas continuam sendo responsáveis pelo trabalho doméstico. A divisão sexual do trabalho, segundo a perspectiva marxista, é refletida no mercado de modo que as mulheres desempenham funções que são uma espécie de prolongação das atividades que já realizam em seus domicílios; tarefas estas relacionadas ao cuidado. Deste modo, é possível estender a noção de exploração, de modo a entender as mulheres como constituindo em uma reserva flexível de mão de obra barata para o mercado de trabalho (CASTAÑO, 1999).

Não obstante, as relações entre marxismo e feminismo sempre foram tensas. Estando primordialmente interessados em consolidar forças para o objetivo comum de promover a ascensão do sistema de produção socialista, muitas vertentes marxistas entendem que tanto o feminismo quanto o movimento ambientalista, por exemplo, promoveriam justamente o oposto, a saber: um dissipar de forças. E isso por chamar a atenção para fatores outros, que não a tensão segundo eles essencial entre capital x trabalho (no mercado formal).

Economia feminista

Diferentemente daquilo que propõem tanto a teoria tradicional neoclássica e a sua variante, a teoria do capital humano, quanto a teoria marxista, os modelos explicativos de inspiração feminista baseiam-se na tese de que existe discriminação no mercado de trabalho, ou seja, consideram que as diferenças salariais por gênero exprimem um tratamento desigual e, portanto, injusto para com indivíduos iguais ou potencialmente iguais. O olhar da economia feminista identifica a existência de um círculo vicioso entre as *obrigações das mulheres no lar*, ou seja, a quantidade de horas que elas se dedicam ao serviço doméstico e de cuidados, sua disponibilidade reduzida para o mercado de trabalho formal, sua inserção precária no mercado (tipificada pelas situações de contratos de



trabalho a tempo parcial, por exemplo), sua circunscrição a empregos mal remunerados no setor terciário que, de uma forma ou de outra, replicam as suas obrigações no lar (p. ex. empregos de secretárias, enfermeiras, aeromoças, garçonetes, professoras de crianças, cuidadoras de idosos, empregadas domésticas, babás, etc.), *os menores salários que conseguem auferir comparativamente àqueles ganhos pelos homens* de idêntica formação e a sua maior suscetibilidade ao desemprego. Como saída para tal estado de coisas, a economia feminista advoga a proposição de políticas públicas com foco nas questões de gênero, a fim de dirimir tanto o tratamento discriminatório dado às mulheres no mercado formal quanto equacionar a sobrecarga de trabalhos domésticos não remunerados, bem como de trabalhos de cuidado, que atualmente recai preferencialmente sobre os ombros das mulheres. (FERNANDEZ, 2018, 2019).

Considerações finais

Fizemos uma breve apresentação do conceito seminal de Kuhn de *paradigma* com o intuito de, na sequência, esquematicamente investigar as idiossincrasias da situação laboral da mulher, seja no mercado formal, seja no desempenho das atividades açambarcadas pelo conceito de “trabalho invisível”, à luz de três visões de mundo (“paradigmas” kuhnianos), as teorias neoclássica, marxista e da economia feminista. Nosso entendimento é o de que, se tomarmos como meta a capacidade de resolução de problemas (em especial, no curto e médio prazos) como um bom parâmetro de escolha entre paradigmas rivais, notadamente a proposta – quer teórica, quer pragmática/política – da economia feminista apresenta vantagens. Com efeito, das três ela é aquela que explicitamente entende que a subjugação da mulher no âmbito econômico nem foi uma decisão racional galgada por meio de escolha própria e nem pode esperar uma eventual revolução social vindoura, tendo em vista que os problemas advindos das diversas formas de discriminação impostas às mulheres, assim como o sofrimento que acarretam precisam ser resolvidos o quanto antes.

Referências

- CASTAÑO, Cristina. *Economia y Género, Política y Sociedad*, n. 32, 1999, p. 23-42.
- BECKER, Gary. A Theory of the Allocation of Time. *The Economic Journal*, v. 75, n. 299, 1965, p. 493-517.



BECKER, Gary. Human Capital, Effort and the Sexual Division of Labour. *Journal of Labour Economics*, v. 3, n. 1, 1985, p. 33-58.

FERNANDEZ, Brena; BERNI, Duilio. A Epistemologia: principais concepções. In: BERNI, Duilio; FERNANDEZ, Brena. (Org.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa: modelando as ciências empresariais*. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 1, p. 81-100.

FERNANDEZ, Brena. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. *Cadernos de Campo* (UNESP), v. 26, 2019, p. 79-103.

FERNANDEZ, B.. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. *Revista de Economia Política*, v. 38, 2018, p. 559-583.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Outras formas de trabalho 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KATOUZIAN, Homa. *Ideology and method in economics*. New York: New York University Press, 1982.

KON, Anita. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. *Revista de Economia Política*, v. 22, n. 3, 2002, p. 89-106.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997 [1970].

KUHN, Thomas. Second thoughts on paradigms. In: Suppe, F. (ed.) *The Structure of scientific theories*. Urbana: University of Illinois Press, 1974, p. 459-482.

MASTERMAN, Margareth. A natureza de um paradigma. In: LAKATOS, Imre.; MUSGRAVE, Alam. (org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 72-108.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista Boitempo*, São Paulo, n. 11, 2000, p. 89-97.

NELSON, Julie. Feminism and economics. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 2, 1995. p. 131-148.

SCHULTZ, Theodore. Investment in Human Capital, *The American Economic Review*, v. 51, n. 1, 1961, p. 1-17. SUPPE, Frederick (ed.) *The structure of scientific theories*. Urbana: University of Illinois, 1977.

Invisible work in the light of neoclassic, marxist and feminist economics: three paradigms in dispute



Abstract: In his book *The Structure of Scientific Revolutions*, Thomas Kuhn suggested a new way of understanding the development of scientific knowledge. The center of gravity of his proposal lies in the exposition of the concepts of paradigm and normal science. Normal science being defined as the period in which scientists share a paradigm, i. e. commit to the same rules and standards when exercising their scientific practice. Beyond a purely philosophical problematization, according to Kuhn's view, a paradigm is rather a practical guideline that encompasses positions on such fundamental issues as: what problems are proper to this field of inquiry?; what kind of answers should surveys look for?; what kind of methods or resources are considered legitimate? for instance. As such, they provide scientists complete worldviews. In the present paper, we take as central issue the invisible work performed by women inside their homes and part from a Kuhnian methodological perspective to expose and confront three paradigms – namely: the neoclassical, the Marxist and the feminist economic one – in order to scan the problem. Using the Kuhnian approach, we defend the thesis that, for the case of invisible work, it is the paradigm of feminist economics the one that can best explain the phenomenon and, consequently, the one that can offer the most appropriate proposals to its resolution.

Keywords: Feminist Economics; Invisible Work; Paradigm; Thomas Kuhn